

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações financeiras
Em 31 de março de 2025

✓ 203 Agm

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Sumário

1	Contexto operacional	11
2	Relação de entidades controladas e coligadas	11
3	Base de preparação	12
4	Moeda funcional e moeda de apresentação	12
5	Uso de estimativas e julgamentos	12
6	Base de mensuração	13
7	Principais políticas contábeis	13
8	Novas normas e interpretações ainda não adotadas	21
9	Caixa e equivalentes de caixa	21
10	Contas a receber e outros recebíveis	22
11	Impostos a recuperar	22
12	Imobilizado	22
13	Obrigações reestruturadas com credores	23
14	Outras contas a pagar	24
15	Provisão para demandas judiciais	24
16	Patrimônio líquido	24
17	Instrumentos financeiros	25
18	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	28
19	Receita operacional líquida	30
20	Administrativas e gerais	30
21	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31
22	Financeiras líquidas	31
23	Partes relacionadas	31
24	Avais e Garantias	33

✓ 103 Agm



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Agro Pecuária Campo Alto S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Agro Pecuária Campo Alto S/A** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agro Pecuária Campo Alto S/A** em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
C
Tr

✓ *AG* *Hom*

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirão,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20, 8º andar,
CEP 20010-020

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (69) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29000-300
Tel. (27) 3207-3370



assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
C
Tr

✓ *AG* *Hom*

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20, 8º andar
CEP 20040-000

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (67) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29000-399
Tel. (27) 3207-3370



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2025.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º
C
Tr

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20, 8º andar,
CEP 20010-020

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29000-300
Tel. (27) 3207-3370

Agro Pecuária Campo Alto S/A**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	80	12	Fornecedores		53	46
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	3	-	Impostos e contribuições a recolher		59	46
				Salários e férias a pagar	9	9	9
				Dividendos a pagar	16,4	2.464	2.723
				Outras contas a pagar	14	915	1
Total do ativo circulante		83	12	Total do passivo circulante		3.500	2.825
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante			
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	88.410	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18,b	18.865	13.878
Depósitos judiciais	14	14	19	Obrigações reestruturadas com credores	13	652	645
				Provisão para passivo a descoberto em controlada		75	74
				Provisão para demandas judiciais	15	-	98
Total do realizável a longo prazo		14	88.429	Total do passivo não circulante		19.592	14.695
Investimentos		-	6	Patrimônio líquido			
Outros investimentos		1	108	Capital social	16	8.993	97.000
Imobilizado	12	166.622	161.557	Reserva de lucros		33.636	33.636
				Ajuste de avaliação patrimonial		93.608	93.789
				Dividendos adicionais propostos		7.391	8.167
Total do ativo não circulante		166.637	250.100	Total do patrimônio líquido		143.628	232.592
				Total do passivo		23.092	17.520
				Total do passivo e patrimônio líquido		166.720	250.112
Total do ativo		166.720	250.112				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.




Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	19	16.960	17.863
Lucro bruto		16.960	17.863
Administrativas e gerais	20	(2.157)	(1.922)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(41)	198
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		14.762	16.139
Receitas financeiras	22	15	1.192
Despesas financeiras	22	(111)	(42)
Financeiras líquidas	22	(96)	1.150
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(5)	(12)
Resultado antes dos impostos		14.661	17.277
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.b	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	(4.987)	(5.814)
Lucro líquido do exercício		9.674	11.463

Assinado eletronicamente pelo(a) integrante das demonstrações financeiras.

Assinado eletronicamente pelo(a) integrante das demonstrações financeiras.

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.674	11.463
Resultado abrangente do exercício	9.674	11.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

x  

Agro Pecuária Campo Alto S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Reserva especial				
Saldos em 01º de abril de 2023	16	97.000	4.352	47.158	93.789	-	7.905	250.204	
Dividendos adicionais conforme AGOE 28 de julho de 2023		-	-	(18.447)	-	-	(7.905)	(26.352)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.463	-	11.463	
Destinações do lucro líquido:									
Reserva legal		-	573	-	-	(573)	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	16,4	-	-	-	-	(2.723)	-	(2.723)	
Dividendos adicionais propostos	16,4	-	-	-	-	(8.167)	8.167	-	
Saldos em 31 de março de 2024	16	97.000	4.925	28.711	93.789	-	8.167	232.592	
Redução de capital conforme AGOE 01 de abril de 2024	1,1	(88.007)	-	-	-	-	-	(88.007)	
Dividendos adicionais conforme AGO 26 de julho de 2024		-	-	-	-	-	(8.167)	(8.167)	
Realização do custo atribuído		-	-	-	(181)	181	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.674	-	9.674	
Destinações do lucro líquido:									
Dividendos mínimos obrigatórios	16,4	-	-	-	-	(2.464)	7.391	(2.464)	
Dividendos adicionais propostos	16,4	-	-	-	-	(7.391)	-	-	
Saldos em 31 de março de 2025	16	8.993	4.925	28.711	93.608	-	7.391	143.628	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.




Agro Pecuária Campo Alto S/A**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		9.674	11.463
Ajustes para:			
Depreciação		9	1
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		5	12
Provisão para demandas judiciais	15	(98)	(189)
Juros e variações monetárias não realizadas		10	(858)
Baixa do custo de outros investimentos		107	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	12	320	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	4.987	5.814
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Impostos a recuperar		(3)	1
Contas a receber e outros recebíveis		(9.278)	(9.937)
Depósitos judiciais		5	7
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar		917	41
Impostos e contribuições a recolher		13	14
Juros pagos		-	(61)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais		6.668	6.308
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	12	(5.394)	(3.995)
Redução de investimentos		2	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(5.392)	(3.995)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Redução de capital	1.1	(1.075)	-
Pagamentos Obrigações reestruturadas com credores	13.2	-	(1.976)
Pagamento de dividendos		(133)	(328)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(1.208)	(2.304)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		68	9
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	9	12	3
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	9	80	12
		68	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agro Pecuária Campo Alto S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, domiciliada no Brasil com escritório à Rua Haddock Lobo, nº 746, – 6º andar, sala 3, Cerqueira César, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, as atividades da Companhia compreendem substancialmente na produção de cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola por meio de instrumento contratual junto a Companhia U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A, sendo que a Companhia cede parte de seus imóveis rurais para a exploração agrícola. O contrato de parceria tem como premissa remuneração a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo aprovado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool de São Paulo.

1.1 Redução de Capital Social

Em 1 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Companhia deliberaram sobre uma proposta de redução de capital social nos termos do artigo 173 da lei 6.404/1976, e por ser considerado excessivo, foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes a redução do capital no montante em R\$ 88.007, sem cancelamento de ações, passando dos R\$ 97.000 para o valor de R\$ 8.993 de capital social. Por força da legislação vigente, a redução de capital social ora mencionada ocorreu após 60 dias da data de aprovação desta Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Por conta desta operação, a controladora U.S.J. – Açúcar e Álcool S/A deveria receber o valor de R\$ 86.932, que foi compensado com outras contas e efetivamente foi pago o valor de R\$ 1.075 a outros acionistas.

2 Relação de entidades controladas e coligadas

A Companhia possui participação direta nas investidas Nova Terra Agroinvestimentos S/A, Agro Pecuária Nova Louzã S/A e Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda., como segue:

Entidade	Cidade/Estado- (Matriz)	Encerramento do exercício social		Participação acionária direta - %	
				2025	2024
Novaterra Agro investimentos S/A	São Paulo/SP	31.03.2025	Controlada	99,90	99,90
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	São Paulo/SP	31.03.2025	Coligada	-	8,71
Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda.	Araras/SP	31.12.2024	Coligada	-	18,76

Apesar da Companhia deter participações no capital das companhias mencionadas anteriormente, a administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da essência do relacionamento entre investidor e investida e em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. Para suas investidas, Agro Pecuária Nova Louzã S/A e Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda., a Companhia possui influência significativa nas operações. Em relação à Novaterra Agro Investimentos S/A, a Companhia possui o controle na investida, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

2.1 Venda de investimentos

Em 30 de agosto de 2024, conforme contrato de compra e venda de ações, a Companhia vendeu sua participação acionária de 8,71% na sua investida Agro Pecuária Nova Louzã S/A; a venda ocorreu em favor da sua controladora USJ – Administração e Participações S/A, pelo de valor de R\$ 2.



Em 2 de dezembro de 2024, a Companhia cede e transfere de forma onerosa sua participação societária de 18,76% na investida Sempre Empreitadas Rurais Ltda em favor da Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A, pelo valor de R\$ 1.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis NBC TG)

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa 7.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 3 - continuidade operacional: se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando;

Nota explicativa 17 - Instrumentos financeiros.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7.5 (ii) - Vida útil do ativo imobilizado;

Nota explicativa 15 - Provisão para demandas judiciais; e

Nota explicativa 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

✓  

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Diretoria Executiva.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros ou serviços de preços é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da NBC TGS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Risco da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 17 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

7.1 Receita operacional

(i) Venda de produtos

A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções e impostos sobre vendas.

A Companhia transfere os riscos e benefícios de suas modalidades de acordo com o descrito a seguir:

(ii) Vendas de cana-de-açúcar no mercado interno

As vendas de cana-de-açúcar são feitas em regime de parceria agrícola junto a Companhia U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A, sendo remunerada a preços definidos de acordo com o regulamento dos Negócios

✓  

de Compra e Venda de Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo.

7.2 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

✓ 203 Hom

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor

✓ 203 Hom

ou maior do que o valornominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

✓ 103 Agm

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

7.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

✓  

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo,

✓ 103 Agm

entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

7.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Classe de imobilizado	Vidas úteis
Edifícios	40 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

✓  

7.6 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; e diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

✓ 203 Hom

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentarem fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, demonstração dos fluxos de caixa e divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	2	12
Aplicações financeiras	78	-
	80	12
	80	12

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem qualquer carência.

A exposição da Companhia a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na nota explicativa 17.

✓  

a) Certificado de Depósito Interbancário

Percentual de remuneração a taxa CDI	2025	2024
97%	78	-

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor remunerados a taxa 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na nota explicativa 17.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	2025	2024
Contas correntes empresas do grupo (Nota explicativa 23.3)	-	88.410
	-	88.410
Ativo não circulante	-	88.410

11 Impostos a recuperar

	2025	2024
IRRF	1	-
IRPJ	2	-
ICMS	11.927	11.927
(-) Provisão de ICMS a recuperar	(11.927)	(11.927)
	3	-

12 Imobilizado

12.1 Custo e depreciação

Custo	Terrenos propriedades	Edifícios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01° de abril de 2023	157.562	16	-	-	157.578
Adições	3.995	-	-	-	3.995
Saldo em 31 de março de 2024	161.557	16	-	-	161.573
Adições	5.363	31	-	-	5.394
Baixas	(320)	-	-	-	(320)
Reclassificações	(140)	61	76	3	-
Saldo em 31 de março de 2025	166.460	108	76	3	166.647

✓ 103 Agm

	Terrenos propriedades	Edifícios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Depreciação					
Saldo em 01° de abril de 2023	-	15	-	-	15
Depreciações do Exercício	-	1	-	-	1
Saldo em 31 de março de 2024	-	16	-	-	16
Depreciações do Exercício	-	4	5	-	9
Saldo em 31 de março de 2025	-	20	5	-	25
Valor contábil líquido					
Em 31 de março de 2024	161.557	-	-	-	161.557
Em 31 de março de 2025	166.460	88	71	3	166.622

13 Obrigações reestruturadas com credores

A Companhia esclarece que os saldos desta rubrica estão sujeitos aos efeitos do Plano de Recuperação Judicial e serão quitados de acordo com os prazos determinados pelo Plano nos termos e condições já estabelecidos, que estão detalhados na nota explicativa 13.3.

13.1 Valor justo da dívida reestruturadas com credores

A Companhia mensurou o valor justo da sua dívida no exercício findo 31 de março de 2025, conforme definição da NBC TG 48 (Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração): quando há modificação substancial nos termos de passivo financeiro existente, ou parte dele, a Companhia deve contabilizar a extinção do passivo financeiro original e reconhecer o novo passivo a valor justo. A diferença apurada entre estes passivos deve ser registrada no resultado do período de apuração.

13.2 Composição das obrigações reestruturadas por classe de credores

Classificação recuperação judicial	Saldo em 31 de março de 2024	Correção monetária provisionada	Saldo em 31 de março de 2025
Partes Relacionadas (Nota Explicativa nº 23.3)	645	7	652
	645	7	652
		2024	2025
Obrigações reestruturadas com credores não circulante		645	652

13.3 Classes de credores

Credores Partes Relacionadas

Os Credores Partes Relacionadas puderam, alternativamente à forma de pagamento prevista neste Plano para os Credores Quirografários, optar, em até 7 dias corridos a contar da Homologação do Plano, mediante o envio de notificação às Recuperandas, com cópia para o Administrador Judicial, pela opção de pagamento prevista abaixo, sendo certo que o Credor que não se manifestar tempestivamente será pago de acordo com as condições de pagamento previstas neste Plano para os Credores Quirografários.

Os Credores Partes Relacionadas que elegerem esta opção serão pagos única e exclusivamente após a conclusão da Dação em Pagamento e conforme condições abaixo indicadas.

✓  

- (i) Sobre os Créditos detidos pelos Credores Partes Relacionadas será aplicada correção monetária de acordo com a variação positiva da Taxa Referencial - TR, limitado a 3% (três por cento) ao ano, incidentes desde a Data do Pedido até a data de pagamento;
- (ii) Não haverá pagamento de juros e amortização até a conclusão da Dação em Pagamento; e
- (iii) O pagamento poderá ocorrer em qualquer momento entre o período de carência e até 35 anos.

14 Outras contas a pagar

	2025	2024
Contas correntes - controladora (Nota explicativa nº23.3)	915	1
	915	1

15 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Trabalhistas	COFINS	Total
Movimentação das contingências			
Saldo em 1 de abril de 2023	98	189	287
Provisões	-	(189)	(189)
Saldo em 31 de março de 2024	98	-	98
Reversão de provisões	(98)	-	(98)
Saldo em 31 de março de 2025	-	-	-

Processos judiciais com risco de perda possível

Existem contingências passivas trabalhistas, tributárias e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Ambiental	Tributário
Saldo em 31 de março de 2024	293	19	-
Saldo em 31 de março de 2025	3	8	5.192

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social da Companhia foi reduzido no montante de R\$ 88.007, sem cancelamento de ações, passando dos R\$ 97.000 para o valor de R\$ 8.993 de capital social conforme detalhado na Nota explicativa 1.1. O capital social é dividido em 376.995.354 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em 31 de março de 2025.





16.2 Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até o limite de 20% do capital social nos termos do artigo 193 da lei 6.404/1976. Neste exercício a reserva legal deixou de ser constituída por ter atingido o limite de 20% do capital social; isto ocorreu devido à redução do capital social da Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa 1.1, portanto, conforme descrito no artigo 193, §2º, da lei 6.404/1976 a reserva legal será utilizada somente para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

16.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do pronunciamento técnico NBC TG 27 e interpretação técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

16.4 Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

Descrição	2025	2024
Saldo de lucros acumulados (PL)	9.674	11.463
(+) Realização do custo atribuído	181	-
Base de cálculo - Representado pelo saldo de lucros acumulados	9.855	11.463
(-) Reserva legal - 5%	-	(573)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios 25%	(2.464)	(2.723)
Dividendos adicionais propostos	7.391	8.167

16.5 Reserva especial

Com base no artigo 202, § 4º, da lei 6.404/1976 a Companhia deixou de distribuir dividendos em Exercícios anteriores, por serem incompatíveis com a sua situação financeira à época, atualmente o saldo de reserva especial é de R\$ 28.711.

17 Instrumentos financeiros

17.1 Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

(i) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando métodos de avaliação.

	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Saldo em 31 de março de 2025							
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	80	-	-	80	2	78	80
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo							
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	-	-	-	-	-
Total	80	-	-	80	2	78	80

✓  

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Saldo em 31 de março de 2025							
Outros passivos financeiros							
Fornecedores	-	-	53	53	-	-	-
Obrigações reestruturadas com credores	-	-	652	652	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	915	915	-	-	-
Total	-	-	1.620	1.620	-	-	-

	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Total
Saldo em 31 de março de 2024						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	12	12	12
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contas a receber e outros recebíveis	-	88.410	-	88.410	-	-
Total	12	88.410	-	88.422	12	12
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	46	46	-	-
Obrigações reestruturadas com credores	-	-	1	1	-	-
Outras contas a pagar	-	-	645	645	-	-
Total	-	-	692	692	-	-

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (ii);
- Risco de liquidez (iii); e
- Risco de mercado (iv).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Visando a mitigação de alguns fatores de riscos, a Companhia instituiu um Comitê de Gestão de Riscos que é um grupo multidisciplinar e multidepartamental que tem as seguintes funções e responsabilidades:

- Definir estratégias de proteção com metas claras e manuseáveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Companhia;
- Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações quando necessário;
- Orientar, medir, e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos;
- Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde a um movimento de dólares americanos, açúcar e demais *commodities*; e
- Reportar-se à Diretoria Estatutária sempre que convocado, prestando conta do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido neste estatuto.

O Comitê de Gestão de risco da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Diretoria da Companhia estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, como responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê reporta regularmente à Diretoria da Companhia sobre suas atividades.

✓  

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que a Companhia pode incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31 de março de 2025 e 2024.

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	9	80	12
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	88.410
		<u>80</u>	<u>88.422</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 80 em 31 de março de 2025 (R\$ 12 em 31 de março de 2024). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Contas a receber e outras recebíveis

A Companhia possui reduzido risco de crédito, pois sua principal operação é realizada exclusivamente com a Companhia do Grupo U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A.

O principal saldo de contas a receber e outras recebíveis em 31 de março de 2025 e 2024, decorrem de transações com a Companhia do Grupo U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A conforme nota explicativa 10.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Nota	2025		
		Fluxo de caixa	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedor		53	53	-
Obrigações reestruturadas com credores	13	652	-	652
Outras contas a pagar	14	915	915	-
		<u>1.620</u>	<u>968</u>	<u>652</u>

✓  

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	Nota	2024		
		Fluxo de caixa	Até 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedor		46	46	-
Obrigações reestruturadas com credores	13	645	-	645
Outras contas a pagar	14	1	1	-
		692	47	645

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

(a) Ativo fiscal corrente

(a) Ativo fiscal corrente	2025	2024
IRPJ	3	-

(b) O imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos créditos tributários sobre os seguintes valores base:

4 103 Agm

Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	Saldo em 1 de abril de 2023	Reconhecimento no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31 de março de 2024	Reconhecimento no resultado	Reclassificações	Saldo em 31 de março de 2025
Ativo Fiscal diferido							
Prejuízos fiscais do imposto de renda	29.723	(4.275)	-	25.448	(3.711)	(2.996)	18.741
Base negativa da contribuição social	10.515	(1.539)	-	8.976	(1.336)	(1.079)	6.561
Outras constituições sobre provisões tributárias	(23)	-	-	(23)	3	4.075	4.055
Outras constituições temporárias sobre provisões	36	-	-	36	(36)	-	-
	<u>40.251</u>	<u>(5.814)</u>	<u>-</u>	<u>34.437</u>	<u>(5.080)</u>	<u>-</u>	<u>29.357</u>
Passivo Fiscal diferido							
Reserva de reavaliação e custo atribuído	(48.315)	-	-	(48.315)	93	-	(48.222)
	<u>(48.315)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.315)</u>	<u>93</u>	<u>-</u>	<u>(48.222)</u>
Efeito líquido	<u>(8.064)</u>	<u>(5.814)</u>	<u>-</u>	<u>(13.878)</u>	<u>(4.987)</u>	<u>-</u>	<u>(18.865)</u>

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social decorrem da atividade agrícola e não estão enquadrados na limitação da compensação de 30% dos lucros tributáveis anuais por serem constituídos de atividade agrícola.



Agro Pecuária Campo Alto S/A
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

A conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	14.661	17.277
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	5	12
Base de cálculo ajustada	<u>14.666</u>	<u>17.289</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(4.986)	(5.878)
Diferenças permanentes	(1)	64
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.987)	(5.814)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(4.987)</u>	<u>(5.814)</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>(34%)</u>	<u>(34%)</u>

19 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa 7.1.

	2025	2024
Venda de cana-de-açúcar (Nota explicativa 23.3)	<u>17.315</u>	<u>18.237</u>
Receita bruta fiscal	17.315	18.237
(-) Impostos sobre vendas e serviços	<u>(355)</u>	<u>(374)</u>
Total da receita contábil	<u>16.960</u>	<u>17.863</u>

a. Fluxos da receita

A receita operacional líquida da Companhia preponderantemente é composta pela parceria de cana-de-açúcar junto a Companhia do Grupo, U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A.

Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

20 Administrativas e gerais

	2025	2024
Despesa com pessoal	111	93
Serviços de terceiros	718	745
Auditoria, consultoria e assessoria	43	29
Depreciação e amortização	9	2
Impostos e taxas	303	291
Aluguéis e arrendamentos	22	25
Materiais de uso e consumo	6	13
Serviços compartilhados com a controladora (Nota explicativa 23.3)	<u>945</u>	<u>724</u>
	<u>2.157</u>	<u>1.922</u>

✓  

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Receitas na venda de imobilizado	271	-
Receitas na alienação de investimentos	2	-
Receitas de aluguéis	6	2
Recuperação de despesas	16	11
Reversão de contingências	98	189
Outras receitas operacionais	393	202
Custos das vendas do imobilizado	(320)	-
Custo na alienação de investimentos	(107)	-
Multas e indenizações	(5)	(4)
Tributos sobre outras vendas	(2)	-
Outras despesas operacionais	(434)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(41)	198

22 Financeiras líquidas

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4	-
Juros demais operações e descontos financeiros	3	-
Variação monetária ativa (i)	8	1.192
	15	1.192
Despesas financeiras		
Juros demais operações e descontos financeiros	-	(1)
Variação monetária passiva	(7)	(25)
Outras	(104)	(16)
	(111)	(42)
Resultado financeiro líquido	(96)	1.150

- (i) Do montante total de R\$ 8 em 31 de março de 2025 (R\$ 1.192 em de 31 de março de 2024) de variação monetária o valor de R\$ 8 em 31 de março de 2025 (R\$ 976 em 31 de março de 2024) refere-se a variações monetárias com a Companhia U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A e o valor de R\$ 198 em 31 de março de 2024 variações monetárias com a controladora USJ – Administração e Participação S/A, sendo que em 31 de março de 2024 resta o valor de R\$ 18 referente a variações monetária sobre processos trabalhistas.

23 Partes relacionadas

23.1 Controladora

A Companhia é controlada da USJ - Administração e Participações S/A com 99,29% de participação acionária.

23.2 Operações de Diretores e pessoal-chave da Administração

A administração da Agro Pecuária Campo Alto S/A é eleita anualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Em 26 de julho de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi realizada a eleição dos diretores da Companhia com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo designados um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. Ficou estabelecido o teto da remuneração global no montante de R\$ 50, podendo este montante ser superior em até quarenta por cento para o período remanescente.

O montante referente à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício encerrado em 31 de março de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 37 (R\$ 35 em 2024). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

23.3 Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, seus acionistas e companhias relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Outras contas a receber (Nota Explicativa 10)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A (i)	-	72.189
USJ - Administração e Participações S/A	-	14.231
Imobiliária São João S/A	-	470
Centro Assistencial da Usina São João	-	154
USJ Mineração e Comércio Ltda	-	1.236
São João Participações S/A	-	65
Nova Terra Agroinvestimentos S/A	-	65
	<u>-</u>	<u>88.410</u>
Passivo circulante		
Outras contas a pagar (Nota explicativa 14)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A	(915)	(1)
	<u>(915)</u>	<u>(1)</u>
Passivo não circulante		
Obrigações reestruturadas com credores (Nota explicativa 13)		
Agro Pecuária Nova Louzã S/A	(12)	(11)
USJ Associação Habitacional	(24)	(24)
Sempre Serviços e Empreitadas Rurais Ltda	(616)	(610)
	<u>(652)</u>	<u>(645)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Líquido	<u><u>(1.567)</u></u>	<u><u>87.764</u></u>

- (i) Do montante de R\$ 72.189 em 2024, o saldo de R\$ 63.707 refere-se a valores a receber listada como Obrigações com credores junto a Companhia U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A.

	2025	2024
Transações das partes relacionadas que influenciaram o resultado		
Venda Cana-de-açúcar (Nota explicativa 19)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A (a)	17.315	18.237
Despesas compartilhadas (Nota explicativa 20)		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A	(945)	(724)
Receita com Obrigações reestruturadas com credores (Nota explicativa 22 (i))		
U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A	8	976
USJ - Administração e Participações S/A	-	198
	<u>-</u>	<u>1.174</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>16.378</u></u>	<u><u>18.687</u></u>

- (a) Referente a receita de parceria agrícola onde o cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia do Consecana utilizando o mix de produtos e preços praticados pela U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, capacidade de irrigação, viabilidade de produção de cana orgânica, extensão da fazenda, distância, qualidade do solo, relevo e interesse estratégico, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

24 Avais e Garantias

A Companhia prestou fianças, avais e garantias as Companhias do Grupo, sendo a U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A, o montante de R\$ 217 e a USJ Administração e Participações S/A, o montante de R\$ 24.345 valores em 31 de março de 2025.

A Diretoria

Thomas Ometto Budoya
Diretor – Presidente

Lucas Ometto Budoya
Diretor - Vice-presidente

André Guilherme Pirozzi Buosi
Contador
CRC – 1SP334721/O-0

✓  

Protocolo das Assinaturas do Documento

Este documento acima foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro.

Informações do Documento

Título do Documento: **DF - Agro Pecuária Campo Alto 31-03-25**

Hash do Documento Original SHA256: **7cfc bdf5fd349f30d99cd8a2690f1498ba73592f4368ef99304779bbd3f99c15**

Data do Envio para Assinatura: **11/06/2025 - 10:49:15**

Data da Finalização das Assinaturas: **11/06/2025 - 16:20:25**

Termo de Concordância

Para que fosse realizada a assinatura do documento, todos os Signatários declararam estar "De Acordo" com esta forma de assinatura.

Termo de Concordância: Declaro estar ciente e de acordo com o "Termo de Concordância com Assinatura de Documento por Meio Eletrônico", reconhecendo a validade jurídica desta modalidade de assinatura para todos os fins de direito.

Acesse o Termo em: <https://rrsign.com.br/termo-de-concordancia/>

Validação do Documento

Para validar que o documento foi assinado no RRSIGN | Portal de Assinaturas, acesse o validador no link abaixo, utilizando a chave do documento, ou leia o QR Code.

Validador: <https://portal-usj.rrsign.com.br/validador>

Chave do Documento: 77d78bd224e71428f80c26fe99258924



Relação dos Signatários e Evidências Coletadas

Nome: André Guilherme Pirozzi Buosi

CPF: 303.020.***-**

Posição: CONTADOR

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: ab****@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Localização não autorizada.

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 10:49:15

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 10:50:50

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 10:51:27

Assinatura

André Guilherme Pirozzi Buosi

Rubrica

AB

Nome: LUCAS OMETTO BUDOYA

CPF: 366.497.***-**

Posição: DIRETOR VICE PRESIDENTE

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: lu***@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -22.425230026816635 Longitude: -47.35924583126988 Accuracy: 116

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 10:51:28

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 14:51:30

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 14:51:39

Assinatura

LUCAS OMETTO BUDOYA

Rubrica

LOB

Nome: THOMÁS OMETTO BUDOYA

CPF: 395.255.***-**

Posição: DIRETOR PRESIDENTE

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Simples

E-mail: th****@usj.com.br

Forma de Autenticação: Login para Acesso ao Documento

Geolocalização: Latitude: -22.425209891894934 Longitude: -47.35929038318864 Accuracy: 98

IP: 177.52.106.58

Trilha de Auditoria:

Data/Hora Envio do Documento: 11/06/2025 14:51:40

Data/Hora último Reenvio: -

Data/Hora Visualização: 11/06/2025 16:18:42

Data/Hora Assinatura: 11/06/2025 16:20:25

Assinatura

THOMÁS OMETTO BUDOYA

Rubrica

Tom